

Um novo paradigma para a dinâmica capitalista

HADDAD, Paulo R. "Um novo paradigma para a dinâmica capitalista". Estado de S. Paulo. São Paulo, 26 de setembro de 2011.

A crise econômica e financeira iniciada em 2008 vem se aprofundando em escala global e não há no horizonte de curto prazo indicativos de que ela possa ser superada sem que o capitalismo venha a encontrar os caminhos de um novo paradigma para sua dinâmica de desenvolvimento sustentável.

Em contextos como este, o capitalismo não tende a sucumbir. Ao contrário, concentra suas energias político-institucionais e se reestrutura. Dada a experiência histórica de evolução do capitalismo, este novo paradigma pode estar associado, em princípio, à concepção e à implementação de uma nova onda de inovações.

Desde o século 18, as ondas de inovações de natureza schumpeteriana (novos processos, novos produtos, novos mercados, novas formas de organização produtiva) são o motor das grandes transformações estruturais do capitalismo. Essas ondas, que vão desde a introdução da energia a vapor nos sistemas produtivos até as redes digitais nas últimas décadas do século 20, trouxeram grande prosperidade para muitas nações, que se tornaram as mais desenvolvidas no cenário internacional.

Que sinais dispomos, atualmente, sobre qual seria a eventual onda de inovações que poderiam retirar as economias desenvolvidas e emergentes do imbróglgio recessivo ou potencialmente depressivo em que se atolaram e gerar novos ciclos de expansão?

Essa é uma questão que mal começa a ser discutida pelos diferentes analistas da atual crise, uma vez que o seu pensamento se encontra contaminado e restringido por controvérsias sobre qual seria o modelo macroeconômico de curto prazo mais apropriado para iluminar as políticas econômicas a serem manipuladas para a superação da crise. Sem deixar de considerar que a consistência macroeconômica de curto prazo é vital para a estabilidade das economias de mercado, essa consistência é tão somente uma pré-condição para a dinâmica capitalista de longo prazo.

Uma observação preliminar se refere às cinco ondas de inovações que se desdobraram historicamente de 1785 até o fim do século 20. Todas resultaram em aumentos significativos na produtividade da mão de obra e multiplicaram o rendimento do trabalho por algumas centenas de vezes em relação aos valores que prevaleciam até a Primeira Revolução Industrial.

A sexta onda de inovações, que já tem avançado lenta e exponencialmente ao longo das três últimas décadas, deverá estar centrada num aumento radical na produtividade dos recursos naturais visando a ampliar a capacidade de suporte do planeta para acomodar a intensificação dos níveis de produção e de consumo de milhões e milhões de habitantes que estão se incorporando às economias de mercado.

Essa incorporação se dá pela via dos incessantes ganhos de produtividade resultantes de inovações científicas e tecnológicas; da irreversível entrada da China na lógica da economia capitalista; da melhoria da distribuição de renda e da riqueza em muitos países emergentes; etc. Somam-se, a tudo isso, os impactos destrutivos que as mudanças climáticas têm provocado sobre os ecossistemas mundiais, como os colapsos e desastres ecológicos que vêm crescendo em número e intensidade.

A sexta onda de inovações (biomimética, nanotecnologia verde, ecologia industrial, sistema de design integrado, etc.) deverá gerar uma nova dinâmica da economia de

mercado, que vem sendo denominada capitalismo natural. Do ponto de vista histórico, a nova configuração do capitalismo pressupõe que se está criando uma nova revolução industrial que trará grandes benefícios para a sociedade: a diminuição da exaustão dos recursos naturais numa ponta da cadeia de valor; a diminuição dos níveis de poluição na outra ponta; e a formação de uma base para ampliar o emprego de qualidade em escala mundial.

Do ponto de vista da organização dos sistemas de mercado, este novo estilo do capitalismo propõe, também, um novo modelo industrial em que nem todos os produtos sejam apenas manufaturados e vendidos, mas que surja uma economia de serviços em que os consumidores adquirem serviços de bens duráveis por meio de aluguel e arrendamento. Desta forma, a indústria será responsabilizada pelo ciclo completo de materiais; deve lidar com os resíduos e os problemas resultantes de danos ambientais (toxicidade, segurança, etc.); deve recuperar os produtos e tratá-los como ativos; etc., o que termina por aumentar a produtividade dos materiais e da energia.

Finalmente, observa-se não mais um conflito entre mercados livres e desregulamentados, de um lado, e sistemas de planejamento de médio e de longo prazos, de outro, mas a sua integração e complementação nos processos de decisão públicos e privados.

O poder público poderá alterar por meio de mecanismos de intervenção indireta (política fiscal e financeira, regulamentações, etc.) os custos e os preços relativos que se formam nos mercados e, assim, estimular ou desestimular indicativamente a produção e o consumo dos bens e serviços, de acordo com sua contribuição positiva ou negativa para o processo de desenvolvimento sustentável.

Paulo R. Haddad, professor do IBMEC/MG, foi ministro do planejamento e da fazenda do governo , Itamar Franco.